

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto de Renda e injustiça social (Editorial)..... 3

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quem não é obrigado a declarar pode conseguir a restituição..... 4

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR: veja como não cair na malha fina..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Banco Central libera novo lote de dinheiro nesta segunda (14)..... 6

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Vai mudar de país? Veja como ficar em dia com a Receita (Marcia Dessen)..... 7

O DIA - TERESINA - PI - EMPREENDER
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso derruba veto à renegociação de dívidas do Simples Nacional..... 9

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Homenagem - APOSENTADOS..... 10

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: segurado pode desistir da aposentadoria? Entenda..... 12

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Em Sergipe, MPF obtém sentença que garante direitos previdenciários aos quilombolas
..... 14

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

INSS volta a agendar atendimento presencial da aposentadoria (Previdência)..... 15

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PIS: como consultar o número do registro..... 17

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo: qual o valor atual?..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Estudos indicam entraves para o combate a desvios no setor público..... 19

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária e desastre de Petrópolis entram na pauta do Senado esta semana
..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guerra faz mercado projetar Selic de até 14%..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Combustíveis e erros repetidos (Editorial)..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pressa no pré-sal (Artigo)..... 24

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro diz que a gasolina mais barata do mundo é a do Brasil..... 26

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mexer no bolso do cidadão, só com autorização! (Artigo)..... 27

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Desemprego: um drama para cada idade..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Melhorar educação reduz até taxa de homicídio, diz estudo..... 30

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

A guerra e o mercado brasileiro (Artigo)..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Guerra deve trazer juros mais altos e valorização do real..... 33

Imposto de Renda e injustiça social (Editorial)

Para 34 milhões de brasileiros, este é o momento para o cumprimento de uma tarefa anual inescapável. Trata-se da entrega da declaração do Imposto de Renda.

Como sempre, há novidades, entre elas o aumento da faixa de renda isenta da declaração (rendimento anual de até R\$ 28.559,79) e facilidades propiciadas pela evolução da tecnologia e dos meios para transferências de valores.

E também como ocorre com grande frequência, velhos problemas persistem. A não correção da tabela desde 2015 pela **inflação** implica aumento de carga tributária sem mudança de alíquota nem de regras de recolhimento. A **Receita Federal** ganha por inércia. Já as perdas dos contribuintes são certas e variam conforme a faixa de renda.

Há, adicionalmente, outros problemas e vícios do sistema de cobrança do Imposto de Renda que dele tiram algumas de suas características essenciais estabelecidas constitucionalmente. Estes são mais graves e, mais do que medidas corretivas pontuais e necessárias, talvez necessitem de uma reforma mais ampla, que envolva outros **tributos**.

Mas **reforma tributária** ou qualquer outra proposta com um mínimo de consistência técnica e abrangência econômica e social não fazem parte do horizonte de preocupação de um governo que não tem plano nem objetivos, a não ser sua própria preservação.

A Constituição Federal, no artigo 153, é clara ao estabelecer que o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza "será informado pelos critérios de generalidade, da universalidade e da progressividade".

Isso significa que a tributação deve alcançar todos os rendimentos (generalidade), aplicar-se a todas as pessoas (universalidade) e incidir mais quanto maior for a renda (progressividade).

Na essência, porém, o Imposto de Renda, em vez de obedecer ao princípio da progressividade, tornou-se, por suas regras, especialmente regressivo (paga proporcionalmente mais quem ganha menos).

Lucros e dividendos recebidos por pessoas físicas, por

exemplo, são isentos. Contribuintes que auferem essa forma de rendimento são os dos estratos mais altos de renda. É difícil imaginar que o assalariado que ganha até cinco salários mínimos, que compõe grande parcela dos contribuintes, tenha em sua renda parcela expressiva de valores referente a lucros ou dividendos.

Da mesma forma, as deduções com despesas médicas podem ser abatidas na íntegra, pois não há limite para sua dedução, como existe para despesas com educação. É notório que quem gasta mais de sua renda para pagar tratamento médico privado é quem ganha mais. Os contribuintes de menor renda em geral utilizam o sistema público de saúde, que, apesar do notório aumento da demanda, mostrou sua eficiência ao longo da pandemia.

Contribuintes de faixas de renda média poderiam incorrer em tributação maior caso regras como essas fossem modificadas no sentido do alcance de maior progressividade. Mas, se o objetivo é tornar o sistema realmente geral, universal e progressivo, os que hoje usufruem de alguma forma de privilégio terão de incorrer em algum custo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Quem não é obrigado a declarar pode conseguir a restituição

FOLHAPRESS

SEU BOLSO

Os contribuintes que não estão obrigados a declarar o Imposto de Renda 2022, mas tiveram algum desconto do IR no ano passado podem enviar a declaração à **Receita Federal** para receber de volta o que pagaram. Neste caso, a devolução é de 100% dos valores. Além disso, não há multa para quem perder o prazo de entrega, que começou em 7 de março e vai até as 23h59 de 29 de abril. No entanto, quem declara antes recebe a restituição primeiro.

O limite de renda anual de rendimentos tributáveis que torna a prestação de contas obrigatória em 2022 é de R\$ 28.559,70. Mas quem ganhou a partir de R\$ 22.847,76 em rendimentos tributáveis no ano passado teve imposto retido na fonte.

Pelas regras, os contribuintes que ganharam valores acima de R\$ 22.847,76 até R\$ 28.559,70 em 2021 não precisam declarar o IR em 2022, ou seja, estão desobrigados de apresentar a declaração, mas tiveram que pagar imposto ao governo federal. Quem declara, recebe o IRPF retido na fonte de volta. Por mês, quem ganhou a partir de R\$ 1.903,98 até R\$ 2.379,97 está desobrigado de enviar a declaração, mas teve IR retido na fonte por ter ultrapassado o limite de isenção.

PARA ENTENDER

QUANDO PODE TER OCORRIDO DESCONTO DO IR?

Ao receber um valor mais alto em função de férias; Se ganhou uma rescisão trabalhista; Se fez um bico que aumentou o salário em algum mês do ano; Se trabalhou por pouco tempo em uma empresa; Se recebeu uma gratificação da empresa; Se recebeu hora extra em algum mês;

O QUE FAZER?

Quem vai declarar para receber o IR que pagou precisa ter muito cuidado, pois qualquer erro pode levar à malha fina. É preciso informar à Receita, além do salário e do valor descontado de imposto, outros rendimentos que recebeu no ano, sejam eles isentos ou de tributação exclusiva na fonte.

Também será necessário declarar bens que o contribuinte tiver em seu nome ou no dos dependentes que vão estar na declaração, como carro e casa, valores nas contas bancárias cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 era acima de R\$ 140 e dívidas de mais de R\$ 5.000.

Gastos com saúde e educação também podem ser declarados, se houver. Qualquer informação incorreta ou diferente dos dados já informados por empresas e prestadores de serviço à Receita pode levar à malha fina.

Para não errar, tenha todos os documentos em mãos. A Receita libera, nesta terça (15), a declaração pré-preenchida. Ela pode ajudar o contribuinte a não se perder nas informações que irá declarar, pois parte dos dados enviados por fontes pagadoras já serão preenchidos automaticamente.

COMO DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA

Site: <https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2052>

IR: veja como não cair na malha fina

KARILAYN AREIAS

O prazo para a declaração do imposto de renda já começou e com isso surgem as dúvidas de como fazê-lo sem correr o risco de cair na malha fina. Para que evitar que o contribuinte cometa erros e seja pego pelo Leão, O DIA traz dicas sobre o assunto.

Primeiramente, a declaração deve ser feita até 29 de abril pelo contribuinte que possuir um rendimento anual superior ao teto de R\$ 29.569,60 e também por aqueles que ganharam rendimentos isentos, tributados na fonte ou não tributáveis. Os dados são preenchidos no programa da **Receita Federal**, que deve ser baixado no site da instituição, e após a instalação, deve-se escolher entre as modalidades completa ou simplificada.

O especialista em finanças André Aragão aconselha que o contribuinte redobre a atenção na hora do preenchimento

O especialista em finanças André Aragão aconselha que o contribuinte redobre a atenção na hora do preenchimento. "Preste muita atenção e preencha os campos da declaração com cuidado, é comum confundirem 'Bens e Direitos' com 'Rendimentos Tributáveis'. Na primeira parte, informe o valor de imóveis, veículos e saldo de investimentos. Na segunda parte informe os rendimentos conseguidos. Um erro nestas partes pode fazer com que o contribuinte caia na malha fina", diz.

Aragão também comenta que um outro erro bem comum é o de digitação. "O segredo é preencher todos os campos com muita atenção, conferir se está tudo certo antes de finalizar, e se for necessário verificar mais de uma vez. Uma dica legal é fazer um rascunho da declaração durante o ano, desta maneira facilita na hora de conferir todos os dados", frisa.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/10039/14-03-2022.html>

Banco Central libera novo lote de dinheiro nesta segunda (14)

O Banco Central libera, nesta segunda-feira (14), mais um lote de pagamentos do Sistema Valores a Receber, que devolve dinheiro esquecido por brasileiros em bancos e instituições. Recebem a partir desta segunda os nascidos entre 1968 e 1983 e as empresas abertas neste período.

Para ter acesso ao montante, é preciso entrar no site valoresareceber.bcb.gov.br na data e na hora indicadas na consulta inicial. Caso tenha esquecido qual é o dia agendado, o cidadão pode fazer nova consulta. O dinheiro só será liberado na hora exata.

O horário de pagamento varia: vai das 4h às 14h e das 14h às 24h, segundo o Banco Central. Quem perder o dia, no entanto, poderá ter nova chance de transferência dos valores no sábado (19), quando ocorre a repescagem do sistema.

Depois, na outra semana, começará a liberação aos nascidos após 1983, cuja repescagem será realizada no sábado (26). Se perder essa data, ainda será possível tentar novo saque em 28 de março. De acordo com a autoridade monetária, o dinheiro será devolvido de alguma forma ao trabalhador ou empresário, mesmo que ele perca todas as datas de saque desta primeira fase de liberação dos valores.

"O cidadão não deve se preocupar se perdera data por algum motivo. Ele poderá voltar ao valoresareceber.bcb.gov.br a qualquer momento e receber uma nova data de agendamento", diz nota.

O contribuinte não perde o direito sobre os valores em seu nome. "As instituições financeiras guardarão esses recursos pelo tempo que for necessário, esperando até que o cidadão solicite a devolução." Ao todo, 28 milhões devem sacar R\$ 4 bilhões nesta primeira fase. São 26 milhões de CPFs e 2 milhões de CNPJs. Na segunda fase, está prevista a liberação de mais R\$ 4 bilhões.

Neste primeiro lote, há dinheiro esquecido em contas-correntes ou poupanças que foram encerradas ainda com saldo disponível; tarifas e parcelas cobradas indevidamente cuja devolução já estava prevista em termo de compromisso assinado com o BC; dinheiro de consórcios encerrados; e cotas e sobras de quem participou de cooperativas de crédito.

Após a primeira fase de liberação dos valores, que vai de 7 a 28 de março, haverá uma segunda fase de pagamentos, que liberará dinheiro esquecido por outros motivos. É possível que o trabalhador ou o empresário encontre valores nos dois lotes. Também será informada uma data para sacar o montante. A consulta começará em 2 de maio.

O dinheiro a ser devolvido na segunda fase é referente a tarifas, parcelas ou obrigações em operações de crédito cuja devolução não estava prevista em termo assinado com o BC, além de contas de pagamento pré-pagas ou pós-pagas encerradas com saldo disponível. Haverá também pagamentos em casos de contas mantidas em corretoras e distribuidoras de valores para registro de ativos financeiros dos clientes. Em muitos casos, há cobranças de tarifas duplicadas a serem devolvidas.

É nessa fase que os aposentados do **INSS** poderão resgatar os descontos indevidos no crédito consignado, segundo o BC, e as empresas falidas poderão recuperar valores que ficaram esquecidos em alguma instituição.

Os herdeiros ou outros representantes legais conseguem consultar no sistema se há valores a receber. O site chega a mostrar data e horário para a transferência, mas, ao voltar ao sistema para sacar, isso não é possível.

O motivo é que a instituição financeira ainda não liberou a transferência para o que chama de "terceiros legalmente autorizados", o que envolve, além dos herdeiros, procuradores, tutores, inventariantes e responsáveis por menor não emancipado. Para receber o dinheiro, no entanto, os herdeiros vão precisar de conta gov.br com nível prata ou ouro para o saque.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49849>

Vai mudar de país? Veja como ficar em dia com a Receita (Marcia Dessen)

Marcia Dessen

O número de brasileiros vivendo no exterior cresceu 55% em cinco anos, de 2015 a 2020. Para os que já foram, mas deixaram bens no Brasil, e para os que estão pensando em ir embora de vez, alguns conselhos, meus e da advogada Luciana Pantaroto.

Para encerrar sua residência fiscal no Brasil, duas providências: entregar a Comunicação e a Declaração de Saída Definitiva do País.

Parece a mesma coisa, mas não é. A Comunicação de Saída Definitiva do País é feita pelo site da Receita a partir da data de saída até o final de fevereiro do ano seguinte.

A Declaração de Saída Definitiva do País deve ser entregue entre março e abril do ano seguinte usando o mesmo programa anualmente colocado à disposição para as declarações do Imposto de Renda. A partir desse momento cessa sua obrigação de entregar declaração de ajuste anual à **Receita Federal** no Brasil.

Tem outro leão esperando você.

Sua nova condição de não residente deve ser comunicada a todas as fontes pagadoras de rendimentos; a tributação sobre eles vai mudar. Além da empresa onde trabalha, se for o caso, avise também bancos e instituições financeiras em que possua contas, investimentos e planos de previdência privada, além de imobiliárias que agenciam contratos de aluguel de imóveis.

Esqueça tudo o que você sabe sobre tributação no Brasil. Muitas das regras para brasileiros residentes não se aplicam aos não residentes.

Não se iluda. Apesar de não residente, você vai continuar pagando imposto por aqui. Rendimentos recebidos por pessoa jurídica são tributados na fonte. Os recebidos por pessoas físicas, aluguéis de imóveis, por exemplo, são tributados pelo carnê-leão na data do recebimento, utilizando código e tributação específicos para não residentes.

Rendimentos de aposentadoria oficial (**INSS**) e previdência privada (PGBL e VGBL), por exemplo,

deixam de ser tributados de acordo com a tabela progressiva e pagam alíquota fixa de 25% sobre a pensão oficial do **INSS** e o PGBL e 15% sobre os rendimentos do **VGBL**.

Proprietários que alugam imóveis no Brasil enquanto vivem no exterior recolhem o imposto mensalmente pelo carnê-leão, com código de receita específico, calculado por alíquota fixa de 15%. Outro exemplo é a perda do benefício de isenção sobre o ganho de capital na venda de imóvel.

Além da **Receita Federal**, é conveniente notificar a Justiça Eleitoral. Voto é uma obrigação do brasileiro, seja ele residente ou não, esteja ele no país ou não.

Os brasileiros que vivem no exterior e optam pela transferência do título de eleitor para o país em que estão vivendo passam a ser atendidos por uma Zona Eleitoral em Brasília (DF) e continuam obrigados a votar nas eleições para presidente da República.

Já aqueles eleitores que não fazem a transferência do título continuam obrigados a votar em todas as eleições, devendo comparecer à zona eleitoral onde o título está registrado.

Em ambos os casos, o eleitor que deixar de votar precisa apresentar justificativa. Cada ausência não justificada gera um débito com a Justiça Eleitoral e, caso não regularize essa situação, o eleitor pode ter o título de eleitor cancelado e situação irregular no CPF.

Por fim, vale lembrar que as instituições nas quais são mantidos conta-corrente e investimentos em ativos financeiros também devem ser notificadas para atualização cadastral e ajuste no perfil da conta. A conta-corrente mantida no Brasil passa a ser uma conta CDE (Conta de Domiciliado no Exterior), com regras específicas para esse tipo de conta. Converse com seu banco para saber o que muda.

Pesquise como funciona a tributação do novo país de residência, tem outro leão esperando você. Alguns países têm acordo com o Brasil para evitar dupla tributação, o que pode aliviar a carga tributária em algumas situações.

Se você está indo a trabalho, saiba que o Brasil firmou acordos previdenciários com alguns países que

possibilitam, em situações específicas, que as contribuições à **seguridade social** sejam pagas apenas em um dos países durante o período no exterior. O tempo de contribuição pode ser considerado para receber o benefício de aposentadoria em ambos os países.

Eventuais rendimentos como salário, aposentadoria, juros, dividendos e ganhos de capital recebidos no exterior são tributáveis aqui, exceto as situações previstas nos acordos. Via de regra, a tributação sobre rendimentos no exterior deve ser feita no mês seguinte ao recebimento.

É importante procurar um especialista em tributação para que os ativos, as dívidas e os rendimentos no exterior sejam reportados e eventualmente tributados de acordo com a **legislação tributária** brasileira, especialmente no que diz respeito a taxas de conversão dos valores em moeda original para o real.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marciadessen/2022/03/vai-mudar-de-pais-veja-como-ficar-em-dia-com-a-receita.shtml>

Congresso derruba veto à renegociação de dívidas do Simples Nacional

(Agência Brasil)

O Congresso Nacional derrubou o veto total do presidente Jair Bolsonaro ao Projeto de Lei Complementar que cria um novo programa de parcelamento de dívidas de micro e pequenas empresas participantes do Simples Nacional, inclusive os microempreendedores individuais (MEI) e as empresas em recuperação judicial.

O veto foi derrubado com o voto de 65 senadores e de 430 deputados. O projeto seguirá para promulgação. A medida, aprovada em dezembro pela Câmara dos Deputados, permitirá a renegociação de cerca de R\$ 50 bilhões em dívidas. Ao seguir uma recomendação da equipe econômica, Jair Bolsonaro alegou que a medida era inconstitucional pois implicaria em renúncia de receita aos cofres públicos.

O parcelamento, chamado de Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp), é destinado às empresas endividadas que poderão aderir a ele até o último dia útil do mês seguinte à publicação da futura lei. Para que o pedido seja deferido, é necessário o pagamento da primeira parcela até o último dia de adesão ao parcelamento.

O contribuinte terá descontos sobre juros, multas e encargos proporcionalmente à queda de faturamento no período de março a dezembro de 2020 em comparação com o período de março a dezembro de 2019. Empresas inativas no período também poderão participar.

Depois dos descontos e do pagamento de uma entrada, o saldo restante poderia ser parcelado em até 180 meses, vencíveis em maio de cada ano. Entretanto, para dívidas com a **Previdência Social**, o parcelamento seria em 60 meses.

(Agência Brasil)

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Homenagem - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Esta é a homenagem dos aposentados: 8 de março é a data que consagra-se "O Dia Internacional da Mulher". Nada mais justo e sublime que homenageá-la nesse e em todos os dias. É marcante, reverenciada e preciosíssima sua presença em nossas vidas, principalmente, por ser referência e símbolo do maior e mais profundo sentimento da humanidade: o amor. Sua presença como mãe irradia os sentimentos mais sagrados que a nossa imaginação pode alcançar; é ter a certeza e a confiança de ser amparado em todos os momentos fáceis e difíceis das nossas necessidades; é a fortaleza que influencia no caminho do bom caráter, da retidão, da virtude, da esperança e da dignidade humana.

PERGUNTA Retirar, subtrair e transferir recursos financeiros arrecadados para cobertura das despesas com a **Seguridade Social**, que contempla saúde, assistência social e **previdência social** é fácil, fácilimo.

Basta emitir uma DRU (Desvinculação de Receitas da União) e pronto, o problema está resolvido.

Não pagar, corretamente, os proventos das aposentadorias e pensões, igualmente, é fácil, fácilimo.

O difícil é reconhecer o grave erro cometido e corrigi-lo. É o que está acontecendo para se dar cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), favorável aos aposentados que foram prejudicados, propositalmente, nos cálculos dos seus proventos. Pergunta-se: até quando os aposentados, segurados do **INSS**, serão penalizados pela insensatez e pelo malfeito?

PL-4434/2008 Há 31 anos, mais de três décadas, aposentados e pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do **INSS**, são prejudicados na concessão de suas aposentadorias. É uma irregularidade inconcebível e imperdoável, pois interfere de forma perversa no modo de vida da cidadã e do cidadão brasileiros, cumpridores das suas obrigações e deveres para com o Estado, contribuindo com valores descontados dos seus salários, mensalmente, para, ao saírem do mercado de trabalho, serem contemplados com proventos dignos, garantindo a sua qualidade de vida.

É preciso e premente a eliminação dessa ocorrência

desfavorável, corrigindo-se em definitivo, com a aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008.

CONQUISTA A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) obteve uma conquista de relevância e de excelência para aposentados e pensionistas, contribuintes com desconto associativo em benefício previdenciário. Junto ao Ministério do Trabalho e da Previdência, o presidente Warley Martins, com apoio decisivo das Federações, conseguiu que fosse prorrogado a prazo para a revalidação das autorizações até 31 de dezembro de 2023. Além do ministro Onyx Lorenzoni, participaram da reunião o presidente do **INSS**, José Carlos Oliveira, o secretário da Previdência, Leonardo Rolim, o diretor de tecnologia e informação do **INSS**, Guilherme Serrano e o assessor Paulo Bernardo.

14º SALÁRIO Não esquecemos. Aposentados e pensionistas têm pressa e estão necessitando do recebimento do 14º Salário. Suas despesas aumentaram, consideravelmente, durante este tempo de pandemia, influenciadas pelos custos dos gêneros alimentícios, medicamentos e, por incrível que pareça, na ajuda que proporcionam aos familiares que, infelizmente, foram atingidos pelo desemprego.

É uma questão de justiça social, portanto, que aposentados e pensionistas do **INSS**, vinculados à **Seguridade Social**, sejam contemplados com esse pagamento. Quanto aos recursos financeiros para cobrir o desembolso, entendemos não haver qualquer problema, observando-se os valores disponibilizados no Orçamento da Seguridade.

ALERTA Alerta que daremos até as próximas eleições de outubro vindouro: aposentados, pensionistas e pessoas idosas com 70 (setenta) anos ou mais, liberados de comparecer às urnas contemplados pelo voto facultativo, entende-se, não podem deixar de se preparar para votar. A oportunidade que possuem é ímpar para demonstrar que tem conhecimento, discernimento e convicção para escolha dos melhores candidatos.

Esse grande contingente de cidadãs e cidadãos brasileiros pode decidir, conscientemente, uma eleição e é capaz de produzir uma avaliação que modifique a qualidade representativa nas Casas Legislativas e Gestores do Poder Executivo nas áreas municipais, estaduais e federal. O voto consciente é a nossa arma de transformação.

SABER "Na juventude deve acumular- se o saber, na velhice, fazer uso dele" (Sêneca).

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-cb08b2c94dbb772324444bb4ed7cc1a4.pdf

INSS: segurado pode desistir da aposentadoria? Entenda

Por *Marta Cavallini, g1*

O segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) insatisfeito com o valor da aposentadoria concedida pode desistir do benefício para aguardar que mais tempo de contribuição o torne mais vantajoso. Entretanto, existe uma regra expressa: não sacar o primeiro benefício depositado pela autarquia federal nem os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do PIS/Pasep. Ou seja, se retirar um desses valores, não poderá mais voltar atrás.

SAIBA TUDO SOBRE O **INSS**

De acordo com João Badari, advogado especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, para formalizar a desistência, o segurado pode realizar a operação online, pelo site ou aplicativo Meu **INSS**. É necessário enviar uma declaração da Caixa Econômica Federal, informando não ter feito os saques de PIS e FGTS, ou do Banco do Brasil, no caso do Pasep.

Além disso, quem não concordar com o valor ao receber a carta de concessão do **INSS** pode desistir da aposentadoria e, via administrativa, requerer outro benefício com um valor maior. O requerimento também é pedido pelo site ou aplicativo Meu **INSS**.

Em caso de indeferimento, cabe recurso para o Conselho de Recursos da **Previdência Social**. Havendo o indeferimento na instância recursal administrativa, a saída é via judicial, aponta Vinícius Fluminhan, professor de direito previdenciário da Universidade Presbiteriana Mackenzie Campinas.

Existe outra possibilidade de desistência também. Caso a aposentadoria tenha sido concedida de forma automática (quando o **INSS** notifica o segurado de que já tem direito ao benefício), e a renda tenha sido liberada, o segurado não deve sacar FGTS e PIS/Pasep, assim como não se deve retirar o valor depositado nos primeiros meses.

"Importante lembrar que a aposentadoria por idade concedida de forma automática foi implementada em 2017 e, neste ano, também foi ampliada para as aposentadorias por tempo de contribuição", ressalta Badari.

"Assim, não sacar os valores desses benefícios é a regra de ouro para desistir e cancelar o pedido da aposentadoria. Ou seja, com o ato do saque do benefício, o órgão previdenciário entende que está fechado o ciclo do pedido da aposentadoria e o segurado terá que receber os valores calculados até o final de sua vida", completa.

Motivos para desistência

De acordo com o advogado, os casos de desistência acontecem com frequência entre os segurados que têm a incidência do fator previdenciário em suas aposentadorias. O fator pode representar uma perda de até 40% no valor do benefício. Nesses casos, o trabalhador pode pedir a desistência e continuar as suas atividades e tempo de contribuição para melhorar o seu benefício.

O número de desistência cresceu nos últimos anos por conta da reforma da Previdência. Muitos segurados ficaram preocupados e com medo das mudanças nas regras da aposentadoria e correram para dar entrada em seus benefícios. O resultado foi a liberação de muitas aposentadorias com a incidência do fator previdenciário, o que gerou um impacto negativo nos valores da renda inicial dos benefícios.

Segundo Badari, com a reforma, a maioria dos benefícios concedidos não possui o fator previdenciário, mas tem o coeficiente de 60% (mais 2% a cada ano trabalhado a partir de 15 para mulheres e 20 para os homens), que também diminui sensivelmente a aposentadoria.

Fluminhan lembra que, após a reforma de 2019, foram criados vários caminhos, as chamadas regras de transição, para a concessão de aposentadoria aos filiados mais antigos da **Previdência Social**. Cada caminho estabelece requisitos específicos, como pedágio, pontuação e idade mínima, e leva a uma data diferente de elegibilidade para a aposentadoria.

A aposentadoria será concedida mais cedo ou mais tarde conforme o caminho percorrido. Além disso, cada um desses caminhos levará a uma aposentadoria com valor diferente. Portanto, o valor da aposentadoria será maior ou menor também em função do caminho percorrido, ou seja, da regra de

transição que será seguida pelo segurado , explica.

Planejamento previdenciário

Fluminhan aponta a importância do planejamento previdenciário, que é uma análise cuidadosa dos caminhos possíveis para a aposentadoria, apontando o melhor deles pelo critério de custo-benefício.

O planejamento tem sua importância na medida em que permite ao segurado descobrir qual será a melhor aposentadoria possível e, assim, tomar todas as medidas necessárias para a sua efetivação , afirma.

Segundo ele, nunca foi tradição no Brasil o planejamento da aposentadoria, e as leis previdenciárias editadas nas últimas duas décadas deixaram o assunto mais complexo. Mas, após a reforma feita em 2019, tem aumentado o número de pessoas interessadas em fazer o planejamento previdenciário, aponta.

Infelizmente, vários aposentados cometem o erro de escolher um caminho menos vantajoso para aposentaria por falta de um esclarecimento técnico prévio. Em muitos casos, percebemos que faltaria para o cliente aguardar apenas alguns poucos meses para receber uma aposentadoria com valor muito mais alto. No entanto, como a aposentadoria torna-se irreversível após o primeiro pagamento, não há solução pacífica na via administrativa depois que o erro é cometido. Portanto, é importante que o estudo técnico seja feito de forma prévia à postulação do benefício no INSS , diz.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/14/inss-desistencia-aposentadoria.ghtml>

Em Sergipe, MPF obtém sentença que garante direitos previdenciários aos quilombolas

A Justiça Federal, concordando com a ação ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF), determinou que o **INSS** passe a aceitar a documentação emitida pelo Incra, como prova do tempo de atividade e da qualidade rural do trabalhador ou pescador artesanal quilombola.

O documento é importante para classificar esses trabalhadores como segurados especiais e assim, lhes dar acesso a benefícios previdenciários, como a aposentadoria, salário-maternidade, auxílio-doença etc. A sentença foi assinada na segunda-feira (7).

Segundo a Justiça, o **INSS** tem 90 dias para fazer a inclusão da referida certidão entre os documentos citados no art. 47 da IN 77/2015, que elenca os possíveis documentos para comprovação do exercício de atividade rural do segurado especial. Além disso, o **INSS** pode também estabelecer os requisitos adequados, necessários e proporcionais para que a certidão seja admitida como prova plena da qualidade de segurado especial.

INSS volta a agendar atendimento presencial da aposentadoria (Previdência)

Cristiane Gercina

A partir desta segunda-feira (14), os segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) poderão agendar atendimento para fazer o pedido de aposentadoria, pensão e demais benefícios de forma presencial nas agências do instituto.

O retorno dos serviços nos postos faz parte do plano de reabertura das agências da Previdência, fechadas para o público desde março de 2020, início da pandemia de Covid-19 no Brasil.

O funcionamento voltou em setembro do mesmo ano, mas de forma limitada, apenas para alguns serviços, e assim permanece até hoje.

O segurado precisa agendar o pedido por meio do aplicativo ou site Meu **INSS** ou por telefone, na Central 135. A novidade é que todos os serviços que hoje podem ser feitos pela internet ou por telefone também poderão ser realizados de forma presencial.

Os atendimentos presenciais devem recomeçar em abril, conforme os agendamentos. A reabertura será escalonada, ou seja, não ocorrerá em todas as agências ao mesmo tempo. Segundo o instituto, o público será recebido conforme a capacidade de cada agência, já que é preciso que o local esteja adaptado de acordo com as normas sanitárias para conter a disseminação do coronavírus.

As normas de funcionamento presencial estão na portaria 982, publicada no Diário Oficial da União de 2 de março. Antes, apenas alguns atendimentos estavam liberados nas agências. Agora, além do agendamento normal, volta a valer o atendimento espontâneo.

Para ser atendido em uma agência sem agendamento, no entanto, o cidadão deverá apresentar um documento de identificação com foto, para quem tem a partir de 16 anos. No caso dos segurados com menos de 16 anos, a certidão de nascimento serve.

Quem tiver apenas o documento eletrônico, como RG ou CNH, pode apresentá-lo. A portaria informa que ele tem a mesma validade de um documento físico. Representantes legais e procuradores também deverão ser identificados.

O atendimento presencial retomará os moldes antigos e haverá triagem para o acesso à agência da Previdência. Além disso, serão distribuídas senhas. O atendimento prioritário a idosos deve ser respeitado, assegurando direito à prioridade especial a quem tem a partir de 80 anos.

O cidadão que tiver atendimento agendado também precisará gerar uma senha no dia marcado. Haverá tolerância máxima de 15 minutos de atraso para a emissão de senha de serviços agendados, respeitando o horário de funcionamento das agências. O prazo pode ser maior, dependendo da decisão do gestor do local.

Nos casos em que o atendimento não possa ser realizado por indisponibilidade momentânea no local, pela ausência de profissional, pela indisponibilidade de sistemas ou qualquer outro motivo cuja causa seja da responsabilidade do **INSS**, os atendimentos serão remarcados.

As agências da **Previdência Social** foram fechadas no fim de março de 2020, com o avanço da pandemia de coronavírus no país. Todos os atendimentos foram interrompidos, incluindo a perícia médica, que passou a ser feita de forma indireta, com a apresentação de documentos pelo Meu **INSS** para quem precisava de auxílio-doença.

Em outubro de 2020, o atendimento presencial voltou às agências, mas apenas para alguns serviços, como a perícia médica e a entrega de documentos complementares para a aposentadoria, no sistema chamado de cumprimento de exigência, e com horário reduzido por causa da gravidade da pandemia.

Durante o período de funcionamento com horário reduzido, o atendimento do **INSS** ocorre apenas das 7h às 13h, e só com agendamento. Além disso, apenas alguns serviços estão incluídos no atendimento presencial, como perícia médica, cumprimento de exigência, avaliação social para ter o BPC (Benefício de Prestação Continuada), apresentação de defesa, prova de vida nos casos em que não é possível resolver a situação no banco e para cópia de laudos médicos.

O **INSS** oferece, de forma digital e a distância, mais de

90 serviços de atendimento ao segurado. Dentre eles estão pedidos de aposentadoria e pensão, agendamento de perícia para auxílio-doença e outros benefícios, além da liberação de diversos documentos, como informe de rendimentos do Imposto de Renda e extrato da aposentadoria.

Também é possível ser atendimento por telefone, na Central 135. Esse atendimento ocorre de segunda a sábado, das 7h às 22h. Para conseguir os serviços, é preciso informar CPF do beneficiário. Os aposentados devem fornecer o número do benefício. No atendimento telefônico, é necessário anotar o protocolo que for gerado.

No caso de quem vai usar os serviços previdenciários pelo Meu **INSS**, é necessário gerar uma senha de acesso. O cadastro é feito pela internet ou celular, com o número do CPF do segurado. Será necessário responder algumas perguntas.

Quem já tenha senha do sistema gov.br pode usar o Meu **INSS** informando esses dados. Dentre os serviços mais buscados no portal previdenciário estão o extrato de pagamento do benefício, o extrato do empréstimo consignado e Cnis, que é o extrato de contribuição dos trabalhadores com toda a vida laboral e contributiva.

No Meu **INSS** é possível ainda simular o valor de uma futura aposentadoria e solicitar o pagamento de benefício não recebido, quando o cidadão não sacou os valores por algum motivo e o dinheiro voltou para os cofres da Previdência.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/inss-volta-a-agendar-atendimento-presencial-da-aposentadoria.shtml>

PIS: como consultar o número do registro

O PIS (Programa de Integração Social) serve para que os trabalhadores tenham acesso a alguns direitos e benefícios, como por exemplo, o abono salarial. Mas como ele é utilizado apenas em situações específicas, não é raro que o número seja esquecido .

Abono salarial PIS/Pasep: quem tem direito? Qual o valor? Veja perguntas e respostas

O número do PIS é gerado no primeiro emprego do trabalhador. Ele pode estar anotado em sua Carteira de Trabalho, nos extratos de seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no seu Cartão Cidadão ou ser obtido em qualquer agência da Caixa.

Confira, abaixo, algumas outras formas de acessar e confirmar o número do seu PIS:

Por telefone

É possível consultar o número de seu PIS por meio de seu CPF ligando para o telefone da **Previdência Social** (135). Selecionando a opção 5, um atendente vai confirmar os seus dados cadastrais e informar o seu número do PIS. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h. A Caixa também pode informar o número de seu PIS pelo serviço Caixa Cidadão, no telefone 0800-7260207. O atendimento eletrônico está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana. O atendimento com atendente ocorre de segunda a sexta, das 8h às 21h, e aos sábados, das 10h às 16h.

Por aplicativos

Carteira de Trabalho Digital: Na CTPS digital, é possível conferir o número do PIS dentro de um dos contratos registrados. O aplicativo da CTPS está disponível para download na versão Android ou versão iOS. FGTS: Assim como na CTPS digital, é possível conferir o número do PIS no app do FGTS dentro de um dos contratos registrados. O aplicativo da CTPS está disponível para download na versão Android ou versão iOS. Caixa Trabalhador e Caixa Tem: A Caixa disponibiliza, nestes aplicativos, os dados referentes ao PIS.

Pela internet

Cnis: Acessando o site do Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis), clique em Cidadão , e em seguida na palavra "Inscrição" no canto superior esquerdo do menu. Depois, escolha a opção "Filiado".

Preencha os dados de forma idêntica ao que está em sua carteira de trabalho e clique em Continuar . Se os dados estiverem corretos, aparecerá uma mensagem em vermelho, no canto superior da tela, informando que seus dados já constam na base do CNIS e o número do NIT, que é o mesmo do PIS. Caixa: No site da Caixa, a consulta é possível pelo CPF. Meu **INSS**: Ao acessar o site, faça seu cadastro. Após essa etapa, é possível consultar os dados do usuário no ícone superior à direita - incluindo o número do PIS.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/14/pis-como-consultar-o-numero-do-registro.ghtml>

Salário mínimo: qual o valor atual?

Por g1

Salário mínimo serve de referência para 50 milhões de pessoas no Brasil, de acordo com o Dieese. - Foto: Reprodução/TV Globo

Desde 1º de janeiro de 2022, o valor do salário mínimo em 2022 é de R\$ 1.212,00.

Para as remunerações vinculadas ao salário mínimo, os valores de referência diário e por hora são de R\$ 40,40 e R\$ 5,51, respectivamente.

A Medida Provisória (MP) confirmando o valor foi publicada na edição do dia 31 de dezembro de 2021 do Diário Oficial da União (DOU) .

Veja o valor do salário mínimo por estados

Segundo prevê a Constituição, o governo federal deve corrigir o valor do salário mínimo, ao menos, conforme a inflação acumulada no ano anterior.

Em 2021, o salário mínimo recebido pelos trabalhadores era de R\$ 1.100,00. Para calcular o valor de 2022, utilizou-se a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) prevista para todo o ano de 2021, que totalizou 10,02%.

De acordo com informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo serve de referência para 50 milhões de pessoas no Brasil, das quais 24 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Evolução do salário mínimo - Foto: Economia g1

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/14/salario-minimo-qual-o-valor-atual.ghtml>

Estudos indicam entraves para o combate a desvios no setor público

BRENO PIRES

Dados de pesquisas independentes realizadas nos últimos anos indicam obstáculos no combate à corrupção. Integrantes da Polícia Federal disseram sentir dificuldades diante de "interferências políticas" em um trabalho realizado em 2021 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Na pergunta sobre qual é a importância de determinados fatores quanto às dificuldades do trabalho da polícia, a interferência política foi considerada muito importante por 60,6% e importante por 35,7%.

Apenas 3,7% disseram ser pouco importante. A corporação que mais apontou dificuldade com interferências, no entanto, foi a Polícia Rodoviária Federal.

O estudo - Escuta dos Profissionais de Segurança Pública no Brasil - foi publicado em novembro de 2021 e ouviu 9.067 agentes de segurança de todos os Estados e corporações policiais.

"Claro que não sabemos o que os entrevistados compreendem por 'interferências políticas', mas esse dado é interessante porque se a ideia de 'interferência política' for a mesma que a maioria das pessoas tem, é um indicativo de que desejam realizar na PF um trabalho menos político e mais técnico", disse o pesquisador Lucas Pilau, doutorando em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

IMPROBIDADE.

Além das quedas na área da corrupção, também há baixas nos números relacionados ao combate a ilícitos administrativos. Houve redução nas condenações por improbidade administrativa ao longo de 2020 e nos números de sanções de expulsões de servidores e de instauração de processos administrativos, dados reunidos pela CGU.

Nas ações por improbidade administrativa, o número de condenações caiu bastante ao longo de 2020, segundo levantamento feito pelo pesquisador Manoel Gehrke, vinculado à Universidade Bocconi, na Itália.

Com doutorado no tema, o estudioso brasileiro reuniu dados públicos e constatou que, na média móvel

mensal, as condenações vinham crescendo desde 2014 e chegaram a um pico em 2019, no mês de outubro, com 952. Depois disso, porém, a média foi baixando e chegou a 454 em outubro de 2020, que é o fim da série histórica analisada pelo pesquisador.

Esses números vêm antes mesmo da mudança na Lei de Improbidade Administrativa, aprovada em 2021, que enfraqueceu o poder de punição e criou regras que facilitam o arquivamento de processos, por meio da chamada prescrição.

Na Controladoria-Geral da União, comandada pelo ministro Wagner Rosário, dois dados chamam atenção. Os números de sanções de expulsões de **servidores públicos** vêm caindo ano a ano. Em 2018, foram 643. Em 2019, 542. Em 2020, 513. Em 2021, 488. Os números de suspensões e de advertências aplicadas a servidores têm oscilado. Caíram após picos em 2019, embora estejam ligeiramente acima de 2018.

PROCESSOS.

O número de processos instaurados para fiscalizar **servidores públicos**, no entanto, caiu bruscamente. Em 2018 e em 2019, foram 9.572 e 10.648, respectivamente. Em 2020, porém, foram 5.372. Em 2021, apenas 4.855 processos - menos da metade de 2019. Esse é o menor quantitativo desde 2012. Esses números englobam processos administrativos disciplinares (PADs), sindicâncias punitivas e processos sancionadores de todos os órgãos do Poder Executivo Federal.

Procurada, a CGU não comentou a queda de 2020 e 2021, apenas disse que em 2019 houve o pico no número de processos abertos. O ministério afirmou também que, em 2020, foi regulamentada a possibilidade de celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) para infrações punidas com advertência ou suspensão em até 30 dias.

Procurada, a Polícia Federal não havia se manifestado até a conclusão desta edição.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma Tributária e desastre de Petrópolis entram na pauta do Senado esta semana

Brasília

Carlos Eduardo Bafutto, do R7, em Brasília

Entre as pautas que serão discutidas no Senado Federal nesta semana ganham destaque a votação na quarta-feira (16) da PEC (proposta de emenda à Constituição) da **reforma tributária** e a instalação, nesta segunda-feira (14), da comissão para acompanhar a situação de Petrópolis (RJ). A cidade fluminense sofreu com inundações e deslizamentos que mataram pelo menos 233 pessoas em fevereiro deste ano.

Também nesta segunda, outra comissão da Casa, a CDR (Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo), se reúne para discutir medidas de prevenção a enchentes, deslizamentos de terras e outras intempéries. Saiba mais a seguir:

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) deve votar na quarta-feira (16) a PEC da **reforma tributária** (110/2019), que cria um modelo dual de tributação, ou seja, com dois tipos de **impostos** de valor agregado.

Um deles é a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) que unifica **tributos** federais como IPI (imposto sobre produtos industrializados), Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**), PIS (Programa de Integração Social) e Cide-Combustíveis (Capacitação Inserção e Desenvolvimento).

O outro modelo de tributação, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), congrega o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o ISS (Imposto Sobre Serviços), que são recolhidos por estados, Distrito Federal e municípios.

O texto prevê ainda um novo imposto sobre produção, importação e comercialização de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, que entraria no lugar do IPI. A proposta, que é do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) junto com outros 65 senadores, recebeu parecer favorável do relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Paralelamente à tramitação da PEC da **reforma tributária**, o Senado reuniu uma comissão de juristas para elaborar atualizações na **legislação tributária** e administrativa. A comissão vai trabalhar em anteprojeto de proposições legislativas que modernizem o Código Tributário Nacional e o Código de Processo Administrativo.

O grupo vai se reunir pela primeira vez na quinta-feira (17). A ministra do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Regina Helena Costa, vai presidir o colegiado. O trabalho da comissão não vai se sobrepor à tramitação da PEC da **reforma tributária** (110/2019).

Está pautada para esta segunda-feira (14) a reunião da Comissão Temporária Externa sobre Petrópolis. O colegiado vai apresentar um relatório sobre as possíveis causas do desastre e propor políticas públicas de prevenção a esse tipo de calamidade.

O encontro estava marcado para a última quinta-feira (10), quando seria instalado o colegiado, eleito o presidente da comissão, designado o relator e analisado o plano de trabalho.

Outra comissão da Casa, a CDR (Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo), se reúne nesta segunda para discutir medidas de prevenção a enchentes e deslizamentos de terras, além de outras intempéries.

O projeto de 2016 estabelece, entre outras medidas, normas para o sistema de drenagem nas cidades e diretrizes para o sistema de áreas verdes. Estão previstas também propostas de regularização fundiária de assentamentos urbanos.

O texto propõe que a defesa civil passe a exigir de municípios com mais de 20 mil habitantes, onde houver riscos de enchentes e deslizamentos, a elaboração de um plano de drenagem das águas pluviais. Se aprovado na CDR, o projeto ainda será apreciado em plenário.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/reforma-tributaria-e-desastre-de-petropolis-entram-na-pauta-do-senado-esta-semana-14032022>

Guerra faz mercado projetar Selic de até 14%

ROSANA HESSEL

A surpresa com a disparada da **inflação** de fevereiro, mesmo antes do mega reajuste nos combustíveis, fez o mercado elevar novamente as projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano, mas os analistas reforçaram a aposta de que o Banco Central deverá aumentar em encontro, amanhã e quarta-feira, a taxa básica da economia (Selic) de 10,75% para 11,75% ao ano.

Isso representa um ponto percentual (p.p.) de elevação, como sinalizado na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), no mês passado. Com as pressões inflacionárias persistentes e crescentes, em grande parte, devido ao choque nos preços das commodities decorrente da guerra no leste europeu, principalmente petróleo e grãos, analistas preveem um ciclo de aperto monetário mais prolongado e alguns não descartam uma Selic chegando a 14% até o fim do ano. Segundo eles, o BC continuará elevando os juros, mas em ritmo mais gradual, a fim de não desacelerar muito a atividade deste ano, que está praticamente estagnada.

A meta de **inflação** de 2022, que precisa ser perseguida pelo Banco Central, é de 3,5%, com teto de 5%. Mas a mediana das estimativas do mercado, antes do reajuste da Petrobras, que entrou em vigor na última sexta-feira, já estava em 5,65%, acima do limite superior do objetivo determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Agora, a maioria das previsões de analistas varia entre 7% e 7,5%. Vale lembrar que grandes bancos, como o Credit Suisse, ainda mantiveram em 0,5% a previsão de queda do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano, apesar da perspectiva de mais aumento dos juros. A instituição elevou de 12,25% para 13,25% a estimativa para a Selic no fim de 2022, e de 6,2% para 7% as projeções de IPCA, mas não descarta que o índice chegue a 7,8% devido aos reajustes dos combustíveis.

A taxa Selic vem sofrendo aumento desde março de 2021, quando estava no piso histórico de 2% anuais. Analistas alertam que um novo ciclo de redução dos juros brasileiros só deverá ocorrer em 2023, porque a disseminação da **inflação** é elevada, de 75%, e, por conta da inércia inflacionária, as estimativas para o IPCA para o ano que vem já estão acima do centro da meta, de 3,25%, e devem caminhar para mais perto do

teto, de 4,75%.

"O BC já tinha sinalizado no último Copom que iria reduzir o ritmo de alta da Selic. Mas ele vai estar pressionado com o resultado do IPCA de fevereiro e deverá continuar subindo os juros de forma mais forte já que a **inflação** está disseminada. A Selic deve subir ponto percentual, mas novas altas virão e devem continuar até os juros básicos chegarem a 14%", avalia Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor executivo de Estudos e Pesquisas Econômicas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade (Anefac).

"O processo de elevação da Selic deverá ser mais gradual, mas não me surpreenderia se o BC elevar a Selic em 1,5 p.p. ou até em 2 p.p., para sinalizar que ele vai tolerar a **inflação**", acrescenta.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, acaba de elevar de 12,50% para 13,25% a previsão para a Selic no fim do ano e acredita que os juros permanecerão nesse patamar até o começo do ano que vem por conta da guerra na Ucrânia. "Vimos uma alta muito generalizada de preços que preocupa, porque vamos ver um quadro com o IPCA entre 10% e 11% até abril. A guerra tem provocado um choque inflacionário dos preços das commodities, impactando a energia e a alimentação para patamares mais elevados nos próximos meses. O quadro é preocupante e mudou o cenário para os juros, que devem ficar mais elevados por mais tempo", explica.

Marcos Ross, economista-chefe do Banco Haitong no Brasil, também não prevê queda da Selic neste ano. "O IPCA está com viés para cima, mas o BC deverá entregar alta de um ponto percentual e condicionar o curso da política monetária aos dados. Nossa visão é de que o Copom poderia estar com um cenário de desaceleração gradual das altas de juros, de 1,0 p.p., em março, de 0,5 p.p., em maio, e de 0,25 p.p., em junho, até atingir 12,75%. Mas, com a surpresa do IPCA de fevereiro e com o aumento dos preços de commodities, o comitê deve ficar mais restrito a usar essa estratégia."

Intervenção

Na avaliação do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas

(Unicamp), é uma "estupidez" da política econômica tentar controlar a **inflação** apenas com a política monetária, ou seja, com aumento dos juros. "O Estado precisa operar, adotando um imposto sobre a exportação, a fim de não sacrificar tanto a sociedade. A ideia de que a **inflação** tem o mercado que forma os preços e o governo não pode interferir não é verdade. O mercado não funciona como se imagina", afirma.

O professor destaca que os choques de oferta também são provocados pelos cartéis, que manipulam os preços reduzindo a produção, e, nesse sentido, nada mais correto que o Estado faça intervenção de preços, taxando, por exemplo, os lucros excessivos das exportações de petróleo para criar uma conta de compensação da variação de preços dos combustíveis. Essa medida, aliás, está prevista no PL 1472/2021, aprovado pelo Senado Federal, na semana passada, mas ainda precisa passar pela Câmara.

"Todos os bancos centrais estão hesitando em elevar muito os juros por conta dessa **inflação** global mais elevada. Antigamente, no Brasil, havia mais instrumentos para conter a alta de preços. Agora, o Banco Central está sozinho, mas se ele aumentar muito os juros, vai acabar com a economia. Não adiantará fazer a **inflação** cair e os brasileiros continuarem comendo lixo."

Combustíveis

Mesmo sem o impacto tradicional do aumento dos combustíveis, que foram os grandes vilões do IPCA em 2021, o indicador da **inflação** oficial disparou de 0,54% para 1,01%, entre janeiro e fevereiro, quase o dobro do ritmo de alta. Em 12 meses, acumulou salto de 10,54%, com 75% dos produtos pesquisados registrando alta de preços, o que está preocupando os analistas.

Desde sexta-feira, passou a vigorar o reajuste da Petrobras nas refinarias, de 24,93% no preço do diesel, de 18,77%, no da gasolina, e, de 16,01%, no do gás de cozinha. Com isso, analistas preveem um impacto direto desse reajuste de 0,5 a 1,5 ponto percentual no IPCA de março. Eles reconhecem que os efeitos indiretos nos meses seguintes, como altas do frete e do custo de produção das indústrias, e lembram ainda que a guerra fez disparar os preços dos grãos, como trigo, soja e milho, que estão impulsionando a **inflação** de alimentos e encarecendo o custo de vida dos brasileiros, sem considerar ainda o efeito o saldo de mais de 60% nos fertilizantes, que deve encarecer o custo de produção das próximas safras.

As previsões mais otimistas do mercado, que preveem

a **inflação** entre 6% e 6,5% no fim do ano, esperam uma acomodação dos preços das commodities no segundo semestre e que o governo adote medidas como redução de **impostos** e criação de subsídios para reduzir o efeito da disparada do barril do petróleo, que já ficou acima de US\$ 130 nos últimos dias, mas recuou para cerca de US\$ 110 quando países produtores sinalizaram aumento da oferta do produto.

"Se reajustes forem repassados integral e rapidamente, apenas o impacto direto sobre o IPCA alcançaria 1,2 ponto percentual. Cabe destacar que essa estimativa se limita aos efeitos diretos do aumento dos combustíveis. Ou seja, não estão sendo considerados os efeitos indiretos, como o aumento do custo do frete, que, por sua vez, aumenta o custo das hortaliças e, por conseguinte, impacta o IPCA", destaca Arnaldo Lima, diretor de Estratégias Políticas do Grupo Mongeral Aegon (MAG). Ele prevê aumento de 5,9% para 7,2% nas projeções do IPCA do mercado e passou a estimar 1,25% de alta no IPCA de março.

Devido à volatilidade no cenário interno e externo, alguns analistas devem demorar para mudar as projeções atuais. É o caso de Fernando Honorato Barbosa, diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco, que, pouco antes do reajuste da Petrobras, tinha elevado de 11,75% para 12,75% a previsão para a Selic, contando com uma alta de 6% no IPCA. "Nós só reavaliaremos o cenário ao final do mês, quando então poderemos alterar as projeções de acordo com o que estiver ocorrendo com as commodities. Assim, nossas projeções seguem válidas, por ora", afirma.

Combustíveis e erros repetidos (Editorial)

Os analistas de bancos e corretoras já começaram a lançar suas apostas sobre qual será o fôlego dos repasses à **inflação** após os fartos aumentos dos preços dos combustíveis, anunciados na quinta-feira pela Petrobras nas refinarias. A sequência vergonhosa de precificação nos postos revendedores, que trocaram suas tabelas sem nem sequer esperar os estoques sob novos preços da petroleira, serviram para o consumidor se prevenir e desconfiar da postura do governo e do Parlamento quando sustentam que foi feito o possível.

Após a sanção do presidente da República, criou-se um sistema de alíquota único do imposto por litro de combustível. A expectativa é de que, com valor fixo, a elevação dos preços ao consumidor final seja menor nos períodos em que a cotação do petróleo subir. A nova sistemática passou a valer para gasolina, etanol anidro combustível, diesel, biodiesel, e gás GLP, o de cozinha.

Outra medida foi a criação de um fundo para estabilizar os preços dos combustíveis no país, além de auxílio-gasolina para motoboys, taxistas, motoristas de aplicativos e condutores de pequenas embarcações. Resta saber se o governo reservará recursos para manter esse fundo, uma espécie de conta abastecida por royalties provenientes das participações da União no setor de petróleo e gás e pelo excedente em óleo no regime de partilha da produção.

Os parlamentares determinaram também o ingresso no fundo de verba decorrente dos dividendos pagos pela Petrobras ao governo. Como medida emergencial será estabelecido um valor máximo para a variação dos combustíveis derivados do petróleo, e do gás natural. Quando os preços ultrapassarem esse limite, caberá ao governo arcar com a diferença.

Fato é que o Brasil enfrenta um problema maior como pano de fundo das dificuldades relacionadas aos preços dos combustíveis, que vão desaguar em mais **inflação**. A discussão sobre a disparada dos preços do petróleo soa desordenada e parte da preocupação com o placar das eleições de outubro, tanto nas esferas de governo quanto no Congresso Nacional.

Especialistas do setor de energia têm alertado que reduzir ou mesmo eliminar **impostos** sobre os combustíveis num período de disparada das cotações do petróleo não será solução. Além da causa principal, externa, é necessário discutir uma política econômica

que leva à desvalorização da moeda brasileira e a postura de adiar a reforma da tributação que incide nesse e outros campos, a exemplo da energia elétrica e na produção em geral.

Outros países se anteciparam e já vinham tomando medidas para minimizar o impacto do aumento de preços da commodity, já tendo lançado mão de subsídios e mudanças tributárias, mas não é só isso. O governo de Joe Biden se juntou a dezenas de aliados para liberar o equivalente a 60 milhões de barris em reservas estratégicas, e, assim, deter a alta das cotações internacionais do petróleo. Na Grã-Bretanha, foi criado um desconto nas contas de energia, a ser devolvido pela população a partir de 2023, como medida provisória de compensação da elevação do custo de gás.

O governo espanhol, por sua vez, reduziu de 21% para 10% a tributação do imposto sobre a energia elétrica antes mesmo da guerra da Rússia na Ucrânia, e estenderá o benefício até junho próximo. Na Bélgica, além de diminuição semelhante do imposto sobre eletricidade, as famílias de baixa renda contam com tarifas especiais e assistência financeira.

A desvantagem do Brasil nessas comparações é flagrante. Afinal, o histórico na nação brasileira é de governos perdulários e irresponsáveis com o caixa público. Entra e sai legislatura e o Parlamento segue com o mecanismo de negociatas para fatiar o Orçamento. Recentemente, criou as polêmicas e inaceitáveis emendas de relator, sem transparência, que só beneficiam políticos no interesse de se manterem no poder. Outro fator é que os subsídios se tornam um problema, tendo em vista que o Brasil vem arrastando há décadas a reforma de uma tributação injusta e que sobrecarrega o consumo e a população de menor renda.

Pressa no pré-sal (Artigo)

Joaquim Silva e Luna, PRESIDENTE DA PETROBRAS

O mundo vive um período de mudanças e um desafio coletivo.

Para que os impactos mais graves da mudança do clima sejam evitados, é necessário que ocorra uma profunda redução das emissões de gases de efeito estufa - provocadas, em parte, pela produção e pelo consumo de energia fóssil. Ao mesmo tempo, o crescimento populacional segue acelerado e é necessário garantir acesso à energia para o desenvolvimento social e humano.

Neste cenário, é consenso que ocorrerá uma mudança na matriz energética mundial para o uso de fontes menos poluentes - a chamada transição energética. As divergências estão no intervalo de tempo que ainda levará até que o petróleo deixe de ser a principal fonte mundial de energia - hoje, ele ainda é responsável por mais da metade de toda a energia produzida e, mesmo nos cenários que preveem uma transição mais acelerada, continuará sendo utilizado por muitos anos.

Em razão disso, a indústria de óleo e gás está constantemente traçando cenários e investindo em estratégias para a transição. Nenhuma empresa do mundo, no entanto, está na mesma posição que a Petrobras para essa mudança: somos os maiores produtores e grandes conhecedores da principal fronteira exploratória do mundo, o pré-sal. Quanto tempo temos pela frente para produzir e encontrar mercados para esse petróleo?

A certeza da transição leva a Petrobras a ter pressa no pré-sal.

O petróleo vindo dessa camada já é responsável por mais de 70% da produção de petróleo da companhia. É muito, mas sabemos que ainda há relevantes reservas abaixo do oceano e da camada de sal, que podem se transformar em recursos passíveis de ser convertidos em ganhos para toda a população.

O investimento realizado pela indústria do petróleo retorna em grande escala para a sociedade, já que a tributação petrolífera no Brasil representa aproximadamente 70% da renda da atividade, bem acima da carga tributária média no País.

Só em 2021, a Petrobras arrecadou para os cofres públicos R\$ 203 bilhões em **tributos**.

As participações governamentais, por exemplo, aumentaram mais de 70% no ano passado, em relação ao ano anterior.

Além disso, estudos indicam que cada R\$ 1 bilhão investido em negócios de exploração e produção gera cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos.

São recursos e oportunidades das quais o País não pode prescindir e que são importantes para financiar a própria transição energética no Brasil.

A produção do pré-sal contribui para a transição: isso porque o petróleo do pré-sal emite muito menos gases de efeito estufa (medidos em CO2 equivalente, CO2e) para cada barril produzido do que a média mundial: 17 kg CO2e por barril produzido no mundo, ante 10 kg no pré-sal. Consumir petróleo produzido com menos emissão é uma oportunidade imediata de reduzir emissões.

Por alguns anos, a Petrobras precisou limitar seus investimentos e, conseqüentemente, atrasar o desenvolvimento do pré-sal, porque precisava direcionar boa parte de seus recursos para o pagamento de dívidas. Agora, que a empresa tem suas finanças recuperadas, estamos preparados para aproveitar a janela de oportunidade da transição energética e estamos investindo na aceleração do desenvolvimento do pré-sal.

Até 2026, vamos investir quase US\$ 40 bilhões em projetos nesta camada. Das 15 novas plataformas de produção que vamos instalar no Brasil neste período, 12 são para produção de óleo do pré-sal. Estamos falando de uma nova geração de plataformas, resultado de mais de uma década de aprendizado no pré-sal. Os novos projetos trarão aumento de capacidade produtiva, mais eficiência e redução de emissões de gases de efeito estufa.

Ao fim, 79% de nossa produção de petróleo equivalente virá do pré-sal. Temos, nesta região, o maior ativo em águas ultraprofundas do mundo, o Campo de Búzios, que estará produzindo 1,7 milhão de barris de petróleo em 2026.

Todo este petróleo vai atender de forma mais competitiva à demanda persistente durante a transição energética.

Com o pré-sal, estamos em condições de aumentar nossa participação na oferta mundial de petróleo,

oferecendo, ao mesmo tempo, uma fonte de energia menos intensa em carbono. Além disso, os recursos vindos desse petróleo permitirão a nossa preparação para o futuro.

Já anunciamos a ambição de atingir a neutralidade das emissões em nossas operações em prazo compatível com o Acordo de Paris, o que inclui meta de reduzir emissões absolutas em 25% até 2030. E estamos investindo em projetos de descarbonização enquanto avaliamos novas possibilidades de negócio em mercados de baixo carbono.

As oportunidades que o pré-sal nos proporciona são tão grandes como são grandes nossas reservas nesta região.

Nosso compromisso público com a sociedade é não permitir que esses recursos repousem no fundo do mar enquanto aguardamos a chegada de uma nova era. É responsabilidade desta geração garantir, enquanto há tempo, os benefícios econômicos e sociais decorrentes da produção de petróleo no País.

Joaquim Silva e Luna, PRESIDENTE DA
PETROBRAS

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro diz que a gasolina mais barata do mundo é a do Brasil

DA REDAÇÃO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou, em participação por vídeo conferência no "Congresso Brasil Profundo", no último sábado, que a gasolina brasileira é a mais barata do mundo.

"Quem pesquisa e vê sabe que a gasolina mais barata do mundo é a nossa. Nós também estamos sofrendo, mas não tanto quanto os povos aí fora", disse ele, sem, mais uma vez, citar dados ou a fonte da informação.

Uma das mais prestigiadas empresas de consultoria no assunto no mundo, no entanto, mostra um ranking de preço médio mundial no qual o Brasil figura na 90ª colocação entre os 170 países e territórios analisados.

Segundo a Global Petrol Prices, em relatório divulgado em 7 de março, a Venezuela é o país com o combustível mais barato no mundo. O Brasil aparece na 90ª posição, atrás de países como Estados Unidos e Paraguai. Hong Kong é o mais caro. Considerando apenas a gasolina, o país fica com o 81º lugar.

A gasolina, em média, é vendida a US\$ 1,29 no mundo, com base no relatório de 7 de março. Enquanto isso, no Brasil, a US\$ 1,287. Na Venezuela, por exemplo, o valor de um litro é de US\$ 0,025. A consultoria explica que as diferenças entre os preços da gasolina no mundo devem-se a vários tipos de **impostos** e subsídios para a gasolina.

"Todos os países compram o petróleo nos mercados internacionais pelos mesmos preços, mas impõem diferentes **impostos**. É por isso que o preço da gasolina a retalho resulta diferente", explica.

"Insensível"

No Congresso, o presidente ressaltou ter sancionado, na sexta-feira, o projeto de lei que fixa a cobrança de ICMS para combustíveis e zera o PIS/Cofins para diesel, óleo e gás de cozinha. Após o anúncio do aumento dos preços dos insumos pela Petrobras, na sexta, o presidente chegou a afirmar que a estatal é "insensível" às necessidades da população. Em um ano eleitoral, em que Bolsonaro busca a reeleição, o reajuste tornou-se uma dor de cabeça no Palácio do Planalto.

"A Petrobras demonstra que não tem qualquer sensibilidade com a população. É Petrobras Futebol Clube e o resto que se exploda", criticou o presidente.

Segundo o mandatário, a empresa anunciou o reajuste antes de o Congresso aprovar o projeto de lei que corta **tributos** sobre o diesel. A expectativa do governo é que as mudanças tributárias possam reduzir em R\$ 0,60 o custo do diesel. "Em vez de ter anunciado R\$ 0,90 de reajuste no diesel, [a Petrobras] podia ter anunciado R\$ 0,30", afirmou Bolsonaro.

"Leis, projetos, contratos feitos no passado que transformou [sic] a Petrobras em algo, simplesmente, em Petrobras Futebol Clube, um Campeonato Brasileiro. Eles cuidam da vida deles e o resto do Brasil, mesmo na crise e com a guerra lá fora, que se vire. Lamento a atuação da Petrobras nesse episódio", disse.

Mexer no bolso do cidadão, só com autorização! (Artigo)

LAURA SERRANO

A carga tributária que pagamos é exacerbada. Somando **tributos** diretos e indiretos, cerca de metade dos rendimentos de uma família vai para o governo. No Brasil, a tabela do imposto de renda é progressiva: quanto maior a renda, maior o percentual de imposto direto a ser pago. Contudo, os **impostos** indiretos - aqueles que incidem nos produtos, inclusive itens da cesta básica e mantimentos de primeira necessidade - representam mais da renda das famílias mais pobres do que impactam os mais ricos. Portanto, os recursos públicos advindos dos **impostos** são dinheiro que sai do bolso dos cidadãos e, mais grave que isso, sai da mesa das famílias.

O mínimo que o poder público responsável deve fazer é retomar o dinheiro de **impostos** pagos pela população através de serviços públicos de qualidade. Postos de saúde e hospitais, creches e escolas, policiamento preventivo, serviços essenciais que realmente funcionem. Infelizmente, sabemos que essa não é uma realidade na maioria dos casos. Mas como resolver isso?

Pois bem, a democracia no Brasil é majoritariamente representativa. Elegemos nossos representantes para diferentes cargos a cada dois anos e os políticos são investidos na tomada de decisões em nome da população. No entanto, a democracia poder ser exercida também diretamente pelos cidadãos por meio de plebiscitos, referendos e leis de iniciativa popular.

Em Minas, há uma previsão constitucional para a ocorrência de referendo popular para desestatização de empresas públicas. Referendo é a consulta que ocorre após a aprovação da lei. Essa medida foi pensada como uma forma de proteção do patrimônio público. Mas e o patrimônio do cidadão? Do pagador de **impostos**? Das famílias que entregam parte dos resultados do suor do seu trabalho para os governos?

Apresentei aos meus colegas deputados uma sugestão de PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para que a eventual criação ou aumento de **impostos** estaduais - ICMS, IPVA e ITCD - passe também por referendo popular. Dessa forma, você poderá votar e decidir se aceita ou não pagar mais **impostos**. Caberá ao governo te convencer de que uma contribuição maior é necessária para custear os

serviços públicos.

O povo é soberano, o Estado é seu servidor. Para prosseguir, nossa proposta precisa contar com o apoio de 26 deputados. Mobilize os parlamentares mineiros do seu conhecimento para que a mudança realmente aconteça. Chega de mais **impostos**!

Mestre em Economia, Deputada Estadual, vice-líder de Governo, atuação com foco na melhoria da aprendizagem dos alunos

Desemprego: um drama para cada idade

Roger Dias

O caminho árduo e o olhar distante pelas ruas de Belo Horizonte demonstram misto de tristeza e preocupação para Jackson Gonçalves, de 31 anos, um morador entre tantos outros do Bairro Serra que lutam para encontrar trabalho fixo. São praticamente cinco anos sem carteira assinada, o que levou Jackson abrir mão de desejos e conquistas para sua família. O drama dele se repete em lares dos cerca de 12 milhões de brasileiros que vivem à procura de emprego, segundo dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Jackson pertence à faixa etária que mais sofre com a desocupação desde 2020. Entre os trabalhadores de 25 a 39 anos, o percentual de desempregados atingiu a marca de 35,2%. Já os jovens de 18 a 24 anos sem ocupação correspondem a 30,8% do total, como aponta a pesquisa Pnad Contínua do IBGE, referente ao quarto trimestre do ano passado.

A dificuldade se agrava já que, quanto mais tempo o trabalhador passa desempregado, mais complexa será a reinserção no mercado de trabalho. No último emprego fixo, Jackson foi auxiliar de limpeza, em 2016, numa empresa de informática. A demissão dele ocorreu devido a cortes de despesas. Desde então, contou com a ajuda da mulher, Gislene, que trabalha como diarista, para garantir a alimentação do casal e dos dois filhos pequenos. Para aumentar a renda da família, ele faz serviços como auxiliar de pedreiro, carrega móveis e faz pequenos favores em troca de gorjetas. No fim do mês, recebe, no máximo, R\$ 800.

"Às vezes, você tem uma oportunidade e espera ficar um bom tempo trabalhando, mas a vaga só dura dois meses. Foi assim comigo. Mandei uns currículos, mas o mercado ficou muito seletivo. Tem muita gente procurando emprego, e isso impede que todos tenham oportunidades", afirma Jackson, que atribui a dificuldade de inserção ao mercado à falta de estudo. Ele cursou somente até a sétima série do ensino fundamental.

Em outra face da mesma dificuldade, a estudante Giovana Lima, de 15, também encontrou barreiras ao procurar uma vaga de menor aprendiz na área administrativa. Há seis meses ela vem tentando vaga, mas só encontra negativas. Nesse período, fez cursos de informática para se qualificar melhor. "A idade é um fator importante, porque quase nunca dão chance para quem nunca trabalhou. A pandemia também complica,

pois muitas empresas deixaram de contratar menores. A economia está devastada. Deveriam abrir mais vagas, o que incentiva as pessoas a comprarem e consumirem mais. Logo, tudo se recuperaria", avalia.

Segundo o analista do IBGE Alexandre de Lima Veloso, o que pesa contra os trabalhadores mais jovens é justamente a falta de experiência: "A inserção no mercado de trabalho da força mais jovem historicamente sempre foi mais difícil. Com a pandemia, tivemos a redução dos empregos formais. Quem já estava inserido e conseguiu trabalhar de casa foi menos afetado do que quem estava buscando nova oportunidade, como é o caso de trabalhadores nessa faixa. Essas pessoas trabalhavam há menos tempo, com menos qualificação e experiência, o que ajuda a explicar o cenário negativo".

Para quem tem mais idade, muda o motivo, mas o problema da falta de trabalho se repete. Paulo Roberto de Souza, de 57, tenta novo emprego na construção civil. Com apenas a quinta série, ele está há três anos desempregado. Separado da mulher desde o ano passado, passou a morar sozinho nas ruas da capital, vivendo de lavar e cuidar de carros na área central. Para ele, o fato de não ler conquistado nova oportunidade se deve à idade. "Procuro emprego todos os dias, mas, como passei dos 50, isso me impede de conseguir algo mais concreto. Não tenho tanto pique como antigamente para pegar um serviço pesado. Não tenho tanta escolaridade e isso dificulta. E também não tenho quem me indique uma oportunidade", enumera.

INFORMALIDADE A taxa de desemprego média no Brasil no ano passado foi 13,2%, inferior aos 13,8% de 2020. Apesar disso, é o segundo maior índice já apurado pelo IBGE na série histórica de dados da Pnad Contínua, iniciada em 2012. Segundo a consultoria Trading Economics, que leva em consideração 24 países de vários continentes, das nações desenvolvidas às emergentes, a taxa brasileira é a quarta mais alta, superada apenas por África do Sul, Espanha e Turquia.

Para Rodolpho Tobler, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pandemia da COVID-19 só ajudou a ampliar os problemas vividos anos anteriores no Brasil: "É preciso lembrar que antes da pandemia a taxa de desemprego já estava muito elevada. Tivemos uma grande crise entre 2014 e 2016, e o mercado de trabalho se recuperou muito lentamente, com informalidade, salários e produtividade mais baixos. O

resultado que vemos agora é o desfecho de um período longo em que enfrentamos esses problemas, acentuado pela COVID-19. Estamos recuperando boa parte disso, mas ainda com salários baixos e empregos de menor qualidade."

Até mesmo para quem está empregado a situação já é difícil. De acordo com o IBGE, o rendimento médio dos trabalhadores no Brasil foi estimado em R\$ 2.447 de outubro a dezembro de 2021, tendo apresentado redução de 3,6% frente ao 3º trimestre de 2021 (R\$ 2.538) e de 10,7% frente ao quarto trimestre de 2020 (R\$ 2.742). Ou seja, diante da alta **inflação** no país, os brasileiros estão cada vez recebendo menos.

Tobler diz que o desafio para o país é justamente ter um crescimento econômico amplo, com melhora nos números do Produto Interno Bruto (**PIB**) e surgimento de novas empresas, para uma mudança de cenário. Nesse sentido, a informalidade é mais uma etapa a ser vencida: "A informalidade seria uma saída para as pessoas que não conseguiram nenhum tipo de trabalho, pois não precisam de processos seletivos e de burocracia para obter ocupação. Essa informalidade tem ocorrido por necessidade. As pessoas têm buscado porque não têm opção. Isso gera perda de poder de compra, o que afeta o crescimento econômico".

O índice de desemprego em Minas foi inferior à média nacional (11,7%), mas ainda é a terceira maior taxa da série. O total de pessoas desocupadas no estado passa de 1 milhão. Em relação ao país, Minas tem historicamente taxas um pouco abaixo da média nacional. Os estados do Norte e Nordeste contam com taxas bem acima da média, "o desafio em 2022 é passar pela turbulência política e que a economia deixe para trás os efeitos da pandemia e seja capaz de gerar maior quantidade de empregos e com mais qualidade, com carteira assinada e benefícios previdenciários, mais segurança e remuneração", ressalta Alexandre de Lima Veloso.

Ofertas localizadas frente à crise geral

Ainda que o Brasil enfrente situação de penúria no surgimento de vagas, alguns setores apresentaram destaque na reinserção no mercado de trabalho. No fim do ano passado, a alimentação e o alojamento, com 23,9% de postos a mais que em 2020, e a construção civil, com 17,4%, foram aqueles que mais apresentaram ofertas de trabalho, mesmo que com remunerações mais baixas.

Contudo, o professor de economia Mário Rodarte, da UFMG, ressalta que essas áreas não são capazes de melhorar a situação do trabalhador brasileiro: "Vemos uma retomada de alguns empregos que antes

estavam pressionados pelo isolamento da COVID-19, com remuneração mais baixa. O trabalhador continua com a mesma renda nominal, mas não teve poder de barganhar aumento. As expansões ocorrem em setores mais requintados, mas a maioria dos trabalhadores está numa situação mais precária".

Segundo ele, a crise econômica impediu que as classes trabalhadoras também lutassem por melhores condições de vida e remunerações mais qualificadas: "Várias categorias mal conseguem o reajuste para recompor as perdas do período. O mercado, muitas vezes, não está aquecido, e isso acaba enfraquecendo o processo de negociação feito pelos trabalhadores".

EMPREENDEDORES POR NECESSIDADE

A pandemia de COVID-19 também pode ter ampliado o empreendedorismo por necessidade em Minas Gerais. Entre os microempreendedores individuais (MEIs) que começaram um negócio após o início da pandemia, 40% empreenderam por falta de alternativa de trabalho e renda, contra 36% dos que haviam iniciado o negócio antes desse período pelo mesmo motivo. Os dados são da Pesquisa Perfil e Comportamento do Microempreendedor Individual de Minas Gerais, feita pelo Sebrae Minas.

Segundo o estudo, o surgimento de microempresas ocorre com mais frequência entre pessoas acima de 45 anos, que cursaram o ensino médio ou o técnico incompleto. A pesquisa mostra também que nove a cada 10 microempreendedores no estado contribuem com o orçamento doméstico, sendo 40% os únicos responsáveis pela manutenção da casa. Outros 18% são os principais mantenedores do domicílio e 35% complementam a renda.

"A crise econômica desencadeada pela pandemia teve vários reflexos sociais, entre os quais o desemprego. Esse cenário só agravou a dificuldade que as pessoas com mais de 45 anos e com menor escolaridade têm de conseguir um emprego com rendimento satisfatório. No caso dos que têm menor escolaridade, a baixa qualificação é um dificultador; quanto aos de mais idade, um motivo pode ser o preconceito enfrentado ao procurar emprego", avalia Paola La Guardia, analista da Unidade de Inteligência Empresarial do Sebrae Minas.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/03/2022/p1>

Melhorar educação reduz até taxa de homicídio, diz estudo

Garantir a uma geração de alunos um ensino de qualidade durante toda a vida escolar aumenta não apenas as chances de que eles cheguem ao ensino superior e consigam um emprego, mas também diminui as taxas de homicídio.

Essa é a conclusão de um estudo feito pelo Insper que analisou como variações na qualidade da educação básica afetam indicadores de violência e trabalho dos municípios. O trabalho será divulgado nesta segunda-feira (14) pelo Instituto Natura.

Os pesquisadores criaram um indicador que mede a qualidade do ensino durante toda a trajetória escolar de um estudante.

Para isso, eles identificaram a proporção de alunos que conseguiram concluir o ensino médio na idade certa, fizeram o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e as notas que tiveram na prova.

Foram analisadas as variações do indicador entre 2009 e 2014. Nas cidades em que a média avançou, ou seja, uma proporção maior de alunos fez o Enem e conseguiu uma nota maior, identificou-se queda de homicídios e aumento na geração de empregos.

"Sempre se fala que uma educação de qualidade é o caminho para diminuir a violência e o indicador comprova isso. Um jovem que recebeu um ensino de qualidade vai ter uma vida melhor cinco anos depois de ter saído da escola", diz o professor Naercio Menezes Filho, responsável pelo estudo.

A análise mostrou que o aumento de um ponto no indicador, no período de cinco anos observado, está associado a uma diminuição de 25% nos homicídios e de 200% na geração de empregos entre jovens de 22 e 23 anos.

A correlação entre indicadores educacionais e violência já havia sido mensurada, por exemplo, em uma pesquisa de 2016 do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Naquele estudo, o parâmetro era a taxa de escolarização: para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de assassinatos nos municípios.

O estudo, assinado pelo pesquisador Daniel Cerqueira, apontou a educação como a principal política social de redução dos assassinatos. Agora, com essa nova pesquisa, as evidências corroboram os efeitos positivos da evolução da qualidade do ensino das redes públicas.

Para construir o novo indicador, os pesquisadores identificaram primeiro a quantidade de alunos de 6 e 7 anos em cada município e compararam com a proporção de quantos deles tinham concluídos estudos dez anos depois. Uma proporção alta significa que poucos reprovaram ao longo da trajetória escolar ou abandonaram a escola.

Depois identificaram quantos desses concluintes foram fazer o Enem. Como a prova é a principal porta de entrada para o ensino superior do país, os pesquisadores consideraram que o ensino básico motivou esses estudantes a continuar estudando.

"Um ensino de qualidade depende de uma boa articulação entre todos os entes. Os primeiros anos escolares são de responsabilidade dos municípios, depois são dos estados. Por isso, buscamos uma forma de avaliar toda essa trajetória e identificar os impactos de quando ela é feita com qualidade", diz Menezes Filho.

Depois de calcular o índice dos municípios, os pesquisadores compararam as variações das taxas de homicídio e criação de emprego no período de cinco anos.

Cidades, que avançaram um ponto na escala tiveram um aumento médio de 20 empregos gerados e redução de 25% nos homicídios nesse período.

"Há um mito de que melhorias na educação demoram a ser sentidas pela população. O estudo mostra que isso não é verdade. Em cinco anos, o município já vê os resultados de entregar uma educação de qualidade para os seus alunos", afirma.

O estudo identificou que Aracaju, no Sergipe, foi a capital do país que mais avançou no indicador no período avaliado. Em cinco anos, a cidade aumentou em 3,6 pontos na média criada.

A próxima etapa do estudo será identificar quais foram

as políticas adotadas ou fortalecidas no município nesse período para que o indicador avançasse.

"O avanço no indicador pode ser provocado tanto por uma melhora na quantidade de alunos que concluíram o ensino médio na idade certa ou por ter conseguido motivar mais jovens a fazer o Enem ou por uma melhora do desempenho dos estudantes na prova. Avanços nesse sentido indicam que a educação está melhorando", diz o professor.

O Ceará foi a unidade da federação com mais municípios que registraram avanços no indicador. Nos últimos anos, o estado tem se destacado em avaliações nacionais que medem o desempenho dos estudantes da educação básica.

"A experiência do Ceará tem mostrado a importância de fortalecer políticas de articulação do estado com os municípios. Os resultados positivos têm aparecido muito rapidamente", diz.

O Ceará foi a unidade da federação que mais evoluiu nos anos iniciais do ensino fundamental entre 2005 e 2019, segundo o Ideb (índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que leva em conta o desempenho dos alunos em avaliação federal e as taxas de aprovação.

O estado lançou em 2007 uma política que destina parte da arrecadação dos **impostos** dos municípios para as cidades que tiveram bons resultados nas avaliações de aprendizagem.

O dinheiro pode ser usado em qualquer área da administração, mas a medida virou um incentivo para as gestões municipais investirem mais nas escolas, afinal, quem melhora mais, ganha mais dinheiro para investir.

"Educação de qualidade é o caminho para resolver os problemas graves que nossa sociedade enfrenta. Nós precisamos entender que melhorar esse caminho envolve a articulação de todas as esferas, municípios, estados e a União para oferecermos aos jovens o ensino que merecem."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49849&anchor=6451898&pd=769c63c26b75dcbc9e17b9046d3dbe19>

A guerra e o mercado brasileiro (Artigo)

Amando Varella

O desencadeamento da guerra da Rússia contra a Ucrânia tem implicações não apenas humanitárias, políticas e sociais, mas econômicas, e não somente de forma localizada, mas nos diversos países de um mercado globalizado. É como um tabuleiro, em que o movimento de uma peça altera a direção de todo o jogo, mas, nesse caso, não apenas definindo os ganhadores da batalha, porque em um conflito dessa dimensão, todos são perdedores, de uma forma ou de outra. A balança, contudo, sempre penderá mais de um lado ou de outro dos mercados. E, no caso do setor de celulose e papel brasileiro, os impactos sobre o mercado global também se refletem no mercado nacional, ao mesmo tempo em que abrem oportunidades.

Na equação do setor de C P, temos, de um lado, o forte impacto sobre os preços dos produtos - em função, destacadamente, da elevação do preço do petróleo, e conseqüentemente do transporte das matérias-primas, da extração da madeira, do custo dos produtos químicos e da energia. Por outro lado, vemos o mercado buscando se adaptar à interrupção do fornecimento da Rússia, por força da decisão dos consumidores de deixarem de se abastecer naquele mercado.

Em países como a Alemanha, afetados pela queda abrupta da oferta do gás ou mesmo da celulose produzida na Rússia, um dos maiores fabricantes mundiais de celulose e papel-cartão, que tem uma de suas fábricas instalada no país, comunicou ao mercado alemão que sua produção poderá ser interrompida, e seus preços serão reajustados devido à alta dos preços do gás e da energia -destacando-se que, na Alemanha, por exemplo, o gás subiu 200% desde o início do conflito, e já se encontra em patamares seis vezes superiores aos registrados há 12 meses.

Com efeito-dominó, a redução na oferta de celulose afeta a produção de papel-cartão e outros tipos de papéis. Pelo menos é o que se constata até agora, e aí não sabemos se, e quando, uma possível queda na demanda na ponta do consumidor vai se refletir na menor demanda de celulose e papel, minimizando ou compensando as interrupções na produção agora registradas.

O que vemos, no momento, é o movimento de tradings europeias vindo ao Brasil para negociar a compra de papel-cartão, a fim de garantir o suprimento para a

fabricação de embalagens. Por isso, a perspectiva é que, mesmo com o impacto sobre os custos de fabricação e os aumentos daí decorrentes, seja possível manter firme a demanda pelo papel-cartão fabricado no Brasil. E caberá aos fabricantes brasileiros, nesse contexto, equilibrar a equação das vendas ao mercado interno para que nem haja desequilíbrio na oferta ao mercado local em função das exportações, nem se percam vendas ao mercado internacional que poderiam manter a produção rodando em patamares satisfatórios.

Sem dúvida, a pressão de custos e a conseqüente **inflação** será o ponto mais difícil para a indústria brasileira de C P equacionar em decorrência da guerra, enquanto, sob o aspecto humanitário, não resta dúvida de que os estragos do conflito também ultrapassam as fronteiras e são irreversíveis.

Amando Varella, Diretor Comercial e de Marketing eco-CEO da Papirus

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/03/2022/p1>

Guerra deve trazer juros mais altos e valorização do real

Lucas Bombana são paulo

Os impactos macro-econômicos globais como consequência da guerra na Ucrânia, com aumento nos preços internacionais das commodities e alta da **inflação**, podem contribuir para que a valorização recente do real prossiganas próximas semanas.

Na avaliação de gestores de fundos, a pressão inflacionária importada pelo Brasil por conta dos conflitos e do choque de oferta de matérias-primas no Leste Europeu pode forçar o BC (Banco Central) a ser ainda mais agressivo no processo de aperto da política monetária. Os juros cada vez maiores da taxa Selic, por sua vez, tendem a continuar favo -recendo o Brasil no radar de investidores internacionais em busca de oportunidades em mercados emergentes.

Em especial, com os preços elevados das commodities e com a migração de recursos de investidores que devem deixar o mercado russo em resposta à invasão na Ucrânia.

Sócio da gestora de recursos Parcitas Investimentos, Bruno Leite diz que, no rastro dos impactos econômicos trazidos pela guerra, decidiu aumentar na carteira dos fundos a aposta na valorização do real, bem como a exposição aos juros prefixados de curto prazo, ante a expectativa de que o BC talvez precise ser mais duro no processo de aperto monetário.

Com o choque de preços originado pelo conflito na Europa, economistas passaram a prever um IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo) mais alto do que o projetado anteriormente, com o índice de preços podendo testar patamares de até 6% neste ano e uma taxa de juros ao redor de 13%. No mais recente relatório Focus, a mediana das estimativas dos economistas consultados pelo BC apontava para uma **inflação** de 5,65% em 2022, acompanhada de uma Selic de 12,25%. A previsão para o dólar no final do ano era de R\$ 5,40.

O dólar fechou a semana cotado a R\$ 5,053 para venda, com uma desvalorização de aproximadamente 9,4% da moeda americana frente ao real no acumulado do ano. "O dólar pode furar o piso de R\$ 5 e experimentar níveis ao redor de R\$ 4,80", diz Leite.

"O BC terá dificuldades para interromper o ciclo de alta

dos juros", afirma o gestor da Parcitas. Ele acrescenta que o real também costuma se valorizar em momentos em que os preços das commodities estão em alta, devido ao impacto positivo para os termos de troca do país.

O preço do barril do petróleo tipo Brentvemem uma firme trajetória ascendente no mercado internacional desde que se iniciaram os conflitos na Ucrânia, com a cotação em torno de US\$ 112,67 (R\$ 566,15) na sexta-feira (11).

"Esse cenário de incerteza requer que as convicções sejam checadas. É preciso ser mais seletivo na escolha dos riscos assumidos", afirma José Monforte, gestor da Vinland Capital.

Entre as teses que foram reforçadas por conta da guerra, Monforte aponta a necessidade do aumento dos juros nos Estados Unidos. Ele avalia que o banco central americano terá de agir de maneira mais firme para controlar a crescente pressão inflacionária trazida pela alta das commodities.

Por conta disso, o gestor afirma ter optado por aumentaras posições que se beneficiam da alta no mercado de juros nos Estados Unidos.

Na esfera local, Monforte aposta que o real irá continuar se fortalecendo frente ao dólar.

Mesmo com a previsão de um ciclo mais agressivo de aumento dos juros americanos que tende a atrair recursos para os Estados Unidos, o especialista também vê o nível atual de preços das commodities, e da Selic, exercendo um peso maior sobre o câmbio.

"Além disso, aumentamos a exposição da carteira ao universo de ações produtoras de commodities de energia, agrícolas e metálicas, que se beneficiam dos preços internacionais mais altos", diz Monforte.

Sócio e gestor da Novus Capital, Luiz Eduardo Portella diz que as sanções contra a Rússia e o potencial impacto econômico em outros países do continente europeu têm um efeito recessivo global, que pode levar a uma descompressão da **inflação** nos países desenvolvidos.

Nesse cenário, os bancos centrais desses países

podem reverá postura quanto ao ritmo do ciclo de alta dos juros, prevê o gestor da Novus.

"Reduzimos bastante, mas ainda mantemos a posição tomada [que ganha com a alta] nos juros internacionais, principalmente nos Estados Unidos", afirma Portella, acrescentando que se desfez de uma posição conhecida no jargão de mercado como "vendida" na Bolsa americana, que se beneficia da queda das ações.

Em linha parecida, a gestora global BlackRock apontou em relatório recente que vê na invasão russa à Ucrânia um cenário mais favorável ao mercado acionário de países desenvolvidos, pela percepção de que o evento trará um impacto negativo para o crescimento econômico, com menor necessidade, portanto, de aumento dos juros.

"Os bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa talvez tenham de ser mais comedidos no aumento dos juros, mas a alta vai ter que ocorrer. É uma crise inflacionária para preços e desinflacionaria para crescimento", diz Carlos Calabresi, sócio e diretor de investimentos da Garde Asset Management. Em relação ao câmbio, o gestor faz coro aos pares e entende que há espaço para os ganhos do real frente ao dólar prosseguirem, ante o fluxo que prevê que deve continuar em direção ao mercado brasileiro.

Dados da B3 apontam que os estrangeiros aportaram algo como R\$ 67,5 bilhões no mercado de ações brasileiro em 2021, até 2 de março. No consolidado de 2021, esse volume foi de R\$ 102,3 bilhões.

Analistas do Itaú BBA projetam que o Brasil pode receber um fluxo estrangeiro aproximado de R\$ 7 bilhões, após a decisão da empresa MSCI de excluir a Rússia dos índices de referência dedicados aos mercados emergentes.

"Acredito que o fluxo de estrangeiros para o mercado local vai continuar. O Brasil tem tudo o que os investidores querem neste momento, que é juro alto e commodities. E, agora, sem a Rússia como um grande emergente no radar, o fluxo vai acabar transbordando para o Brasil", afirma Portella, da Novus, que diz ter também em carteira posições no real e no índice Ibovespa dado o peso relevante de commodities e bancos, principal foco no radar dos bolsos estrangeiros.

"A guerra intensifica algumas questões que já estavam no radar, como a **inflação**, que é um problema no Brasil e no mundo", afirma Philippe Biolchini, diretor de investimentos da Bram (Bradesco Asset Management). Biolchini diz que as carteiras dos fundos já vinham com um perfil mais defensivo mesmo

antes da guerra, em um ambiente de **inflação** pressionada e perspectiva alta dos juros globais.

Com os conflitos na Europa, a postura cautelosa deve continuar até que seja possível ter uma clareza maior sobre como se dará o desenrolar desse evento e suas consequências econômicas, afirma o diretor de investimentos, "Temos privilegiado posições pequenas e táticas", diz Biolchini, que não vê tanto espaço para a valorização do real. "Estamos começando a achar que já está em um patamar de sustentação em que não deveria ter muito mais valorização."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49849>